

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.083 - SP (2019/0354140-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : HELIO DA SILVA SANCHES
ADVOGADO : HÉLIO DA SILVA SANCHES - SP224750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO DE ALMEIDA FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RONALDO DE ALMEIDA FERNANDES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2230225-24.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente está preso preventivamente em ação penal na qual foi denunciado como incurso nas penas do art. 2º, *caput*, da Lei n.º 12.850/13 e do art. 155, § 4º, incisos I, II e IV, c.c. o art. 29, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, por integrar organização criminosa armada, com mais 16 (dezesseis) corréus, voltada a prática, em especial, de crimes patrimoniais (furtos e roubos). O Réu é indicado como responsável por pelo menos dois furtos à residência.

Pretendendo a revogação da custódia cautelar, a Defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fl. 12):

"HABEAS CORPUS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FURTO QUALIFICADO - Pedido de revogação da prisão preventiva - Pressupostos e fundamentos para a segregação cautelar presentes - Decisão que justifica suficientemente a custódia preventiva - Constrangimento ilegal não caracterizado - Pedido de extensão do benefício da liberdade provisória concedido à corré - Impossibilidade - Circunstâncias judiciais desfavoráveis - Ordem denegada."

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em síntese, que o decreto prisional carece

Superior Tribunal de Justiça

de fundamentação idônea e que estão ausentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar. Afirma, ainda, que o Paciente possui bons antecedentes e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com a expedição do competente alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em razão da instrução deficitária do *writ*. A Parte Impetrante não acostou aos autos as peças processuais que comprovem o alegado na inicial, quais sejam, **a cópia do decreto prisional**, o que obsta a apreciação do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso), v.g. STJ, HC n.º 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora